

Muda ou morre

JOÃOZINHO THOMAZ DE ALMEIDA

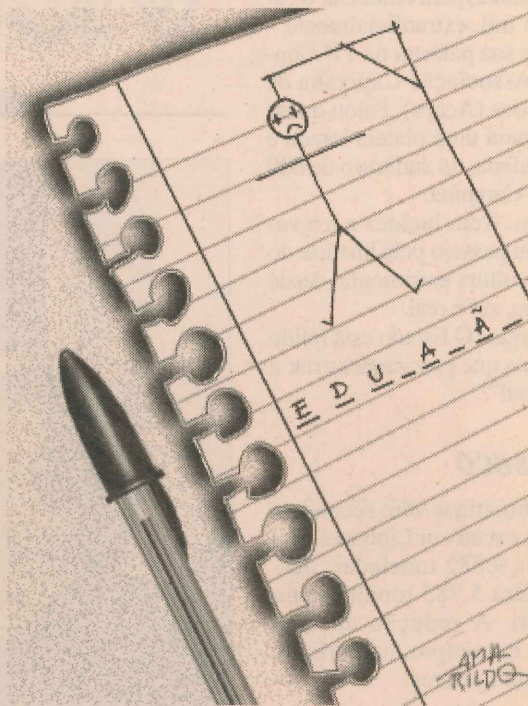
É só uma proposta encaminhada pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Seria diferente se a notícia fosse assim: a partir de agora, o ensino de 2º grau obedecerá às seguintes regras... Só que o tempo das leis ditadas de cima para baixo acabou e, num regime que se diz democrático, é preciso ouvir a opinião do povo através dos órgãos representativos. Com essa proposta, agora encaminhada ao Conselho Federal de Educação, o ministro Paulo Renato mexeu na parte sensível do sistema escolar, exatamente o nó que amarra todo o ensino brasileiro.

Enquanto modificava o ensino superior, houve um certo mal estar, mas tudo era levado com certa tranquilidade, pois a força das universidades públicas impedia manifestações contrárias muito radicais. Enquanto falava da importância e necessidade da municipalização do 1º grau, tudo era aceitável, pois há certa uniformidade de pensamento a respeito disso. Agora, não. No segundo grau está a encrência e é séria, pois as escolas públicas nesse nível não têm o poder de fogo necessário para enfrentar os interesses das múltiplas escolas particulares espalhadas pelo país. Estas comandam o ensino e não ficarão paradas, a não ser que as mudanças lhes sejam favoráveis.

Não há dúvida de que se trata de uma revolução no ensino, uma mudança complicada, pois ela mexe com a filosofia educacional reinante no país, exatamente a galinha dos ovos de ouro, aquela de preparar alunos para passarem nos vestibulares. Todo o ensino de segundo grau e, de certo modo, o de primeiro, está voltado para o vestibular. A cabeça do aluno e, também, as dos professores e pais, estão viradas nessa direção, percebendo-se claramente que é assim quando o rapaz ou a moça passam no vestibular e acontece então um alívio generalizado em toda a família. Então, é só um pouco de sacrifício econômico e paciência e a formatura virá normalmente, no tempo próprio.

Volto ao meu artigo anterior, publicado neste jornal. A escola deve ter quatro áreas fundamentais: ensinar o aluno a pensar, comunicar o pensamento, criar e contar, não havendo nenhuma ordem nesses elementos. A mudança proposta pelo Ministério da Educação fala em três áreas de conhecimento: Código e Linguagem, Ciência e Tecnologia, Sociedade e Cultura, onde se incluem as disciplinas tradicionais. Examinando melhor o nó de ensino do 2º grau, percebe-se que é nessa expressão "disciplinas tradicionais" que está a parte mais difícil.

O professorado atual se preparou para dar aulas de um pequeno segmento do ensino em que se especializou e deslocá-lo desse lugar implica em mudanças sérias de pensamento. O ministro é otimista quando fala em 10 anos para consertar o ensino médio. Vai levar muito mais, pois



**ENQUANTO SE VALORIZAR
O SISTEMA E NÃO
A PESSOA HUMANA
NADA ACONTECERÁ**

esta primeira etapa, a da implantação da nova mentalidade, vai demorar, quem sabe, uma geração se houver empenho político forte por parte das autoridades e uma participação ativa dos meios de comunicação, além, é claro, de discussões, reuniões, conclaves, seminários e demais métodos e meios entre, por e para professores e alunos. A dificuldade não está nos alunos e nem no Governo. Está na mentalidade dominante entre os mestres, os quais se formaram no sistema atualmente em vigor e não aceitam fugir desse projeto pedagógico cartorial e bancário.

Sobre isso é bom voltar a estudar a lei da inércia, assunto bem antigo, pois Galileu Galilei e outros já falaram nela. É fundamental, na hora em que se deseja que um corpo mude a sua velocidade ou altere o sentido da sua trajetória, que ele sofra a ação de uma força. As escolas vão absorver a ampliação de 2.200 horas para 2.400 horas e vão resolver facilmente o problema das 600 horas destinadas a oferecer opções para os alunos, pois elas até favorecem o ensino particular nesse ponto. A questão chave é fazer o professor perceber que a nota não é fundamental, que o aluno deve pensar com a própria cabeça, criar com as próprias mãos, contar sem auxílio dos dedos, usar devidamente as máqui-

nas e equipamentos que as ciências e tecnologias oferecem hoje. Vai ser uma confusão enorme dentro do ensino nos próximos anos, pois, se os Estados vão receber a relação do conteúdo das três áreas de conhecimento só no final deste ano, então, querer a aplicação disso no ano que vem é um enorme sonho. Mas sonhar é bom. É daí que surgem realidades.

A encrência não está no conteúdo, diz a notícia, pois, na verdade, o nó da questão está no vestibular. Se as áreas de conhecimentos não forem estabelecidas de acordo com os interesses dos colégios particulares, ou se quisermos falar de outro modo, se os vestibulares não acontecerem de acordo com essas áreas preconizadas, a mudança não vai dar certo, não vai sair do papel.

É interessante que a única reforma de ensino para o Brasil, mas não feita por brasileiros, pois estes eram apenas os índios, aconteceu em 1599, com a "Ratio Studiorum" ("Sistema de Estudos") dos jesuítas. Tudo o que veio depois, inclusive os 40 projetos de lei de reforma apresentados durante o Império brasileiro, não passaram de remendos no sistema implantado pelos jesuítas, os quais, por sua vez, seguiram o modelo medieval.

Continuamos ainda com esse sistema de ensino, onde as provas deixaram de ser "sabatinas", porque não acontecem mais nos sábados, mas a idéia é a mesma de fazer o aluno pensar de acordo com o sistema dominante, o qual não é mais religioso, antes é baseado nos princípios e métodos recomendados pelas ciências. Na hora em que a escola descobrir que existem alunos dentro dela, vai acontecer a verdadeira revolução no ensino. Por enquanto, ela não sabe disso. Tudo é feito sem que os maiores interessados participem da vida escolar. Apenas estes armazenam conhecimentos apresentados pelos professores para terem capital suficiente para pagar a "conta" na hora do vestibular.

O que o senhor ministro da Educação está anunciando é uma verdadeira guerra. Vai sair tiro para todo lado. Se vai dar certo é difícil saber, mas uma coisa é sabida: do jeito que estava e está não dava e não dá para continuar. É preciso investir muito no professorado, pois ele está desmotivado e despreparado. A questão ultrapassa os salários, que por sinal são ridículos. A solução passa por uma alteração profunda dos conceitos filosóficos que norteiam a educação. Essa mudança implica numa filosofia educacional que inverta a ordem dos fatores, pois enquanto se valorizar o sistema e não a pessoa humana nada acontecerá. Ou melhor, acontecerá sim: a total e completa falência do ensino. O futuro do Brasil passa pela educação também. É preciso mudar. É questão de desespero: muda ou morre!